

Por Antonio Penteado Mendonça



De acordo com estatísticas internacionais, no ano passado, os eventos de origem climática foram os que geraram mais pagamentos de indenizações de seguros. Furacões, tornados, tempestades, secas, etc. custaram bilhões de dólares em indenizações, com um agravante: a maior parte dos eventos aconteceu na Ásia, onde a contratação de seguros não é uma prioridade das populações.

Tivesse a Ásia a mesma tradição de contratação de seguros dos Estados Unidos e da Europa, a conta teria sido bem mais salgada. O grave é que todas as projeções apontam a piora do quadro. A única certeza é que estamos apenas no começo. Ninguém, neste momento, tem condições de fazer uma projeção real sobre os danos futuros e em que medida atingirão o setor de seguros internacional.

Não é por outra razão que as principais seguradoras e resseguradoras estão cada vez mais envolvidas com estudos envolvendo as alterações climáticas e suas consequências. Se as projeções para a elevação do nível do mar se confirmarem, em algumas décadas, várias das principais cidades do mundo terão partes importantes de suas áreas tomadas pelo mar. Em alguns casos, será necessária a remoção de toda a população e acontecerá o fim da atividade econômica na região, gerando prejuízos ainda mais sérios.

Quais os custos de realocação de milhares de pessoas, expulsas de suas casas em função da elevação do nível do mar? Quais os custos de implantação de atividades econômicas inviabilizadas pelo nível do mar em outras regiões? Ainda mais grave, será que há outros locais para estas atividades serem instaladas e desenvolvidas?

O que até hoje foi um diferencial importante para o desenvolvimento humano em diferentes partes do planeta - a proximidade com o mar - está se transformando numa das mais sérias ameaças já enfrentadas ao longo de nossa não tão longa história sobre a Terra.

Só a magnitude dos custos envolvidos com a elevação do nível dos oceanos é suficiente para deixar claro que o setor de seguros não tem condições de arcar com os prejuízos. Se somarmos a eles os custos com as perdas de todas as naturezas provocadas pelos demais eventos de origem climática a conta não fechará nunca.

Os caminhos da atividade não estão claros, mas o aumento da sinistralidade é um fato concreto, que já hoje não pode ser minimizado. É evidente que as apólices atuais terão que ser profundamente modificadas, para não falar em ramos inteiros, que, com o desenho atual, não conseguirão cumprir sua função de proteção social, além de ameaçar a própria existência das seguradoras.

Neste cenário pouco otimista, a situação brasileira é menos otimista ainda. A verdade é que o Governo, em todos os seus níveis, faz muito pouco de concreto para minimizar as ameaças que pesam sobre a população. De invasão das áreas de mananciais à ocupação sem sentido de áreas com alto risco de deslizamento, como são as encostas da Serra do Mar, apenas em São Paulo, milhões de pessoas estão mais ou menos sujeitas a sofrerem na pele as dores e os prejuízos consequentes de eventos que a cada ano se tornam mais violentos.

O exemplo paulista foi deliberadamente apontado porque se São Paulo, que é o estado mais rico e com mais consciência do problema, faz pouco para minimizá-lo, imagine o que acontece no restante do país, onde ignorância, incompetência e corrupção cobram preços ainda mais altos.

É um quadro mais do que preocupante e que envolve toda a sociedade. O que é evidente é que o Governo, agora, não tem a menor intenção de fazer a sua parte. É só olhar o que está acontecendo com a saúde pública nacional para não ficar qualquer dúvida.

É aí que os Estados Unidos podem servir de exemplo. A crise de 2008 foi vencida pela ação da sociedade, que não ficou esperando o Governo para sair do buraco. Por que não fazemos a mesma coisa? Por que nossas seguradoras não começam a buscar caminhos e custear pesquisas? Afinal, boa parte delas integra grandes conglomerados internacionais. E o país tem centros de pesquisa que podem contribuir efetivamente para encontrar caminhos que minimizem o desastre.

Fonte: [SindSegSP](#), em 22.01.2016.